



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200
Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 105/ 2022 - CODEGEP

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 06 (seis) vagas no curso "**Gestão Estratégica de Carbono**", na modalidade online.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
01	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 05 (cinco) vagas no curso " Gestão Estratégica de Carbono ", na modalidade online.	17663	01	6	R\$ 980,00
VALOR TOTAL		R\$ 5.880,00			

2. **OBJETIVO**

2.1. A capacitação dos servidores está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

2.3. A contratação do curso "**Gestão Estratégica de Carbono**", visa atender as necessidades da Diretoria Geral, Diretoria de Produtos, Gerência do Centro Regional de Belém, Coordenação Geral de Operações e a Coordenação Geral de Inteligência.

2.4. Sobre o assunto, informo que o curso ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP), no momento, (5810068), com a temática requerida.

2.5. Por intermédio do despacho (5805618 e 5847578), as chefias confirmam a necessidade da capacitação, fazendo juntar prospecto informativo do curso, conforme documento em anexo (5832860).

3. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Evento de Capacitação	Curso: " Gestão Estratégica de Carbono "
Período previsto	01/12/2022 a 26/01/2023 - 8 semanas
Horários	Modalidade online. O aluno tem total flexibilidade de horário e local de estudos, podendo acessar a plataforma de onde estiver e estudar no melhor horário e local de estudos.
Carga Horária	30 horas
Objetivo	O curso Gestão Estratégica de Carbono apresenta alternativas para redução do efeito estufa e dos seus impactos ambientais, a fim de nos tornarmos uma sociedade de baixo carbono. Aborda as negociações internacionais para a diminuição das consequências das mudanças climáticas e o mercado de carbono no Brasil e no mundo.
Público Alvo	É recomendado para profissionais que atuam na área ambiental e buscam aprimorar os seus conhecimentos em mercado de carbono, mudanças do clima, histórico das negociações internacionais e situação brasileira, e processo de obtenção de créditos de carbono. Além disso, é voltado para quem deseja compartilhar conhecimentos, trocar experiências e expandir o seu <i>networking</i> bem como para quem almeja uma aplicação mais rápida e prática.
Conteúdo	<p>Módulo 1 - Noções básicas sobre mudanças do clima</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cenários global e nacional do clima - Legislação brasileira sobre mudança do clima - Efeito estufa, GEE e cenário de emissões - Causas e consequências do aquecimento global e impactos no Brasil <p>Módulo 2 - Histórico das negociações internacionais e situação brasileira</p> <ul style="list-style-type: none"> - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e Conferência das Partes (COPs) - Acordos e tratados internacionais sobre a mudança do clima - Painel Nacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

	<p>- Objetivos do desenvolvimento sustentável e mudança do clima</p> <p>Módulo 3 - Processo de obtenção de créditos de carbono</p> <p>- Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)</p> <p>- REDD+</p> <p>- Arranjos de implementação da NDC brasileira</p> <p>- Projetos brasileiros</p> <p>Módulo 4 - Mercado de carbono</p> <p>- Mercado de carbono e cenário brasileiro</p> <p>- Inventário, monitoramento de GEE e gestão de indicadores e índices</p> <p>- Sequestro de carbono</p> <p>- Desafios, oportunidades e tendências do mercado de carbono</p>
Instrucional	Interação entre alunos e professor é a proposta do curso. O aluno terá o acompanhamento pedagógico da tutoria a distância, que o orientará de modo a esclarecer as dúvidas e atividades propostas.
Ambiente	Curso ministrado em plataforma virtual de aprendizagem, ECLASS.
Acesso ao Conteúdo	<p>O acesso ao conteúdo do curso e as instruções de estudo serão disponibilizados no dia de início do curso. Essa data é divulgada no site, no ato da inscrição.</p> <p>O aluno terá acesso a todo o conteúdo do curso e a todas as discussões de sala de aula por um período de três meses, a partir do encerramento do curso.</p>
Metodologia	<p>A metodologia de ensino está pautada nas interações e discussões que acontecerão na sala de aula virtual, de forma assíncrona. Além disso, o aluno terá momentos síncronos por meio da ROL (Reunião Online) para tirar as suas principais dúvidas e debater sobre os temas do curso. Os momentos síncronos (ROL) são agendados previamente no calendário, de modo que os alunos possam se planejar.</p> <p>A atividade e todas as orientações estarão disponíveis no conteúdo do último módulo do curso. O professor-tutor também poderá esclarecer quaisquer dúvidas sala de aula virtual, caso necessário. Embora o aluno tenha flexibilidade para estudar o curso on-line, existe um prazo (disponível no calendário) para realização e entrega da atividade individual.</p>

3.1. A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2023 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. PÚBLICO ALVO

4.1. O treinamento destina-se aos servidores relacionados abaixo:

Nome	CPF	SETOR
Rafael Pinto Costa	***.322.490-**	DIGER
Hélcio Vieira Junior	***.431.948-**	DIPRO
Marcio Eduardo de Oliveira Duarte	***.333.097-**	GER/BE
Edileuza de Melo Nogueira	***.389.502-**	CGOPE
Raimundo Lopes Camargos Filho	***.393.757-**	CGINT
Walter Marinho de Carvalho Sobrinho	***.939.997-**	CGINT

5. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

5.1. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), os “Dados” dos servidores somente poderão ser tratados e compartilhados para fins estritamente necessários na execução das atividades do Contrato, conforme dispõe a seguir:

5.2. Legislação aplicável e definições: As operações de tratamento de dados pessoais abrangidas por este instrumento contratual seguirão as leis e regulações aplicáveis, especialmente a Lei 13.709/2018 (“LGPD”) e as instruções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (“ANPD”).

5.3. Agentes de tratamento :Para fins da legislação aplicável e do presente CONTRATO, as PARTES serão consideradas agentes de tratamento com os seguintes papéis:

5.4. À CONTRATANTE será conferido o papel de CONTROLADORA dos dados pessoais de seus colaboradores, observadas as suas atribuições descritas neste CONTRATO, respeitados ainda os procedimentos de registro acadêmico habituais da CONTRATADA. Se aplicável e em relação a relatórios de desempenho e/ou frequência emitidos pela CONTRATADA, caberá unicamente à CONTRATANTE o controle sobre tais informações e a definição das finalidades de uso dos mesmos, respeitadas as legislações aplicáveis.

5.5. À CONTRATADA caberá o papel de CO-CONTROLADORA de dados pessoais dos titulares indicados pela CONTRATANTE para a execução do curso, sendo seu dever tratá-los para as finalidades associadas a este contrato de prestação de serviços acadêmicos, podendo, inclusive, fazer uso de terceiros contratualmente vinculados para a promoção e/ou operacionalização dos Cursos, em observância ao que prescreve a LGPD e este Contrato;

5.6. A CONTRATADA está autorizada a realizar compartilhamentos de dados pessoais estritamente necessários, tendo-se em vista a finalidade deste instrumento, em relação a: (i) prestadores de serviços, (ii) fornecedores de infraestrutura tecnológica, (iii) cumprimento de obrigação legal ou regulatória estipulada por lei e/ou Autoridade Pública, ou (iv) acordo celebrado entre as PARTES.

5.7. Dos parâmetros de tratamento e padrões de segurança. A finalidade de tratamento levará em conta a execução deste instrumento contratual, sendo vedados tratamentos irregulares, excessivos, inseguros e os não associados a uma base legal válida. As PARTES declaram que realizaram ou estão realizando processo de conformidade para adequação à legislação de proteção de dados pessoais, sendo que informações de conformidade da Fundação Getúlio Vargas à LGPD e contato de sua Equipe de Encarregado poderão ser consultados em: <https://portal.fgv.br/protectedados-pessoais>

5.8. Em relação às respectivas atividades de tratamento de dados pessoais que por elas sejam executadas, cabe às PARTES estipular medidas de segurança administrativas e tecnológicas razoáveis em relação ao tratamento dos dados pessoais que conduzirem, adaptados aos níveis de risco em concreto. Incidentes de segurança da informação que comprometam a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados pessoais e que impliquem em danos ou risco relevante aos seus Titulares serão a eles devidamente comunicados e à ANPD pela CONTROLADORA responsável pela respectiva operação de tratamento. Quanto a requisições de direitos dos Titulares pautadas na LGPD, caberá à CONTROLADORA responsável recebê-las e processá-las, cabendo à outra PARTE, se provocada, comunicá-la e auxiliá-la razoavelmente no que lhe couber;

- 5.9. Dos casos omissos. Situações relacionadas à proteção dados pessoais não previstas por esta cláusula serão ajustadas pelas PARTES mediante acordo, pelo que prescreve a LGPD, o Ministério da Educação (MEC) e/ou conforme normas prescritas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD)”.
6. **CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS**
6.1. O certificado digital será entregue aos participantes no prazo de até 30 dias após o encerramento do curso pela empresa Contratada, mediante aprovação na avaliação final com média igual ou superior a 7,0.
6.2. Além do certificado digital, o aluno receberá uma medalha digital com a marca da FGV (badge), contendo um registro digital com informações sobre as habilidades e competências desenvolvidas.
6.3. A Contratada irá disponibilizar a emissão dos certificados digitais aos participantes;
6.4. Caberá ao Núcleo de Contratos (NUCONT) encaminhar a Nota de Empenho à empresa contratada, quando essa for emitida.
7. **VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS**
7.1. Os resultados serão averiguados mediante:
7.1.1. Análise da ficha de avaliação a ser preenchida pelos participantes; e
7.1.2. Atuação dos participantes em seus respectivos ambientes de trabalho.
8. **JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA**
8.1. O curso será realizado pela empresa Fundação Getúlio Vargas - FGV, com valor individual do curso à participante de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), totalizando R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais), conforme documento anexo (5846788).
8.2. Os critérios que definiram a escolha dessa empresa foram:
8.2.1. Pela empresa especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para organizações públicas e privadas; vem atuando em diversas capitais, promovendo cursos abertos e fechados (in company), treinamentos, ministrados por professores altamente especializados, que, com seus profundos conhecimentos e notória experiência contribuirão significativamente para o aprimoramento dos servidores públicos.
8.2.2. A FGV tem um grande portfólio de cursos de curta e média duração, que proporcionam aulas voltadas para a prática e, em pouco tempo, transformam o aluno em um profissional mais completo e preparado. A diversidade de programas permite que a FGV atenda desde profissionais recém-formados até líderes empresariais que desejam aprimorar seus conhecimentos.
8.2.3. Os cursos são oferecidos em mais de 100 cidades do Brasil, além do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, por meio de uma rede de instituições conveniadas, parceiras do Instituto de Desenvolvimento Educacional da FGV (IDE).
8.2.4. Com um profundo conhecimento do mercado, somado à capacitação multidisciplinar; visando atender com excelência e qualidade às expectativas de seus clientes. E são reconhecidos por sua atuação ética, transparente e íntegra.
8.2.5. Também com excelentes profissionais trabalhando em conjunto para oferecer: elevado padrão de qualidade; profissionalismo orientado pela ética; comprometimento com os resultados do cliente; confiança nas relações de trabalho; inovação e abertura para mudanças.
8.2.6. Além de desenvolver a estratégia da organização e zelar pelo seu sucesso empresarial, compromete-se com a ética, transparência, independência e excelência técnica dos serviços prestados;
8.2.7. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa do curso possui grande conformidade com as demandas de trabalhos executadas pelas áreas solicitantes da respectiva capacitação;
8.2.8. Em razão do alto gabarito da palestrante que irá ministrar o Curso (5806442):

Marta Camila Mendes de Oliveira Carneiro: Graduada em Licenciatura Plena e Bacharelado em Biologia (Universidade Presbiteriana Mackenzie); e, Engenharia Ambiental e Sanitária (FMU); Bacharel em Pedagogia (Unifitalo). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Especialista em Tecnologias Ambientais (FATEC SP); MBA em Environment Social Governance (ESG) e Impact. Docente Fundação Getúlio Vargas (FGV); Elaboradora do Banco Nacional de itens INEP - Engenharias; Engenheira Especialista Sustentabilidade/ ESG, Vale S.A.; Perita e Consultora Ambiental. Experiência na área de Saúde Coletiva, Coordenação e Implementação de Projetos de educação, comunicação e sustentabilidade.
8.3. Atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições da Diretoria Geral
Rafael Pinto Costa	Diretor (DIGER)	I - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações de Proteção da Amazônia (Sipam), aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia; II - fomentar e elaborar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos de competência; III - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas ao Sipam; IV - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com o setor privado, com atuação e interesse na área; V - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias para a execução das atividades administrativas, logísticas, técnicas, manutenção, operacional e de inteligência, em apoio à atuação integrada dos representantes estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do Sipam; VI - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e com as ações de governo na região, por meio da articulação e da conjunção de esforços no planejamento, na integração de informações e na execução das ações; VII - desenvolver ações para a atualização e a evolução continuada do ciclo do Sipam; VIII - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao Consipam; IX - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e aos demais órgãos e entidades interessados; X - articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, por meio de outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições, observada a legislação vigente; XI - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos representantes do Sipam, anualmente ou quando solicitado; XII - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas

		<p>XIII - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao Sipan</p> <p>XIV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob</p> <p>XV - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades orçamentária, financeira e contábil do Censipam, incluídos os recursos recebidos por descentralização;</p> <p>XVI - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços de desempenho de suas atribuições;</p> <p>XVII - exercer as atividades de administração do patrimônio, de recursos de tecnologia da informação, inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional e de inteligência do Censipam</p> <p>XVIII - propor projetos com base nas diretrizes da Secretaria-Geral para estratégica da administração central do Ministério da Defesa; e</p> <p>XIX - coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional</p>
Hélcio Vieira Junior	Diretor (DIOPE)	<p>Atribuições da Diretoria de Produtos</p> <p>I - dirigir o planejamento, a coordenação e execução das atividades de análise, visualização e disseminação de dados, imagens e informações ambientais e territoriais;</p> <p>II - dirigir o planejamento e coordenação da utilização da infraestrutura operacional e a proposição dos produtos decorrentes;</p> <p>III - propor ao Diretor-Geral diretrizes, normas e regulamentos referentes do Censipam no âmbito da área operacional para:</p> <p>a) fornecimento de informações operacionais;</p> <p>b) aquisição, coleta, processamento, análise, visualização e disseminação de informações ambientais relativos aos eventos da natureza e territoriais; e</p> <p>c) planejamento, normatização e avaliação de projetos e atividades operacionais;</p> <p>IV - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados dos projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; e</p> <p>V - aprovar projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos no âmbito de sua área de competência.</p>
Edileuza de Melo Nogueira	Coordenadora-Geral	<p>Atribuições da Coordenação-Geral de Operações</p> <p>I - coordenar e avaliar a execução das atividades operacionais e de gestão sistemática do uso e cobertura, da meteorologia, do clima e da hidrologia;</p> <p>II - supervisionar a elaboração e a execução de projetos, contratos, cooperação e divulgação de produtos e serviços;</p> <p>III - realizar a coordenação e gestão de fluxos, processos, produtos e serviços SETAM e COPER/SEOPE;</p> <p>IV - consolidar as atividades de capacitação, de participação em eventos de trabalhos de campo, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-las ao Diretor de Produtos;</p> <p>V - consolidar as necessidades orçamentárias de projetos, programas e atividades de competência, e envia-las ao Diretor de Produtos;</p> <p>VI - supervisionar a elaboração e a fiscalização de contratos administrativos no âmbito de sua área de competência;</p> <p>VII - consolidar as necessidades de dados coletados por sensores e estações aeromobiliadas, geoestacionários e orbitais, demandadas pelas coordenações e setores operacionais e encaminhá-las para o NUOBT;</p> <p>VIII - submeter ao Diretor de Produtos projetos básicos, termos de referência preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e</p> <p>IX - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-los ao Diretor de Produtos.</p>
Raimundo Lopes Camargos Filho	Coordenador-Geral	<p>Atribuições da Coordenação-Geral de Inteligência - CGINT</p> <p>I - propor diretrizes, planejar, coordenar e implementar ações relativas às operações de campo no âmbito do Censipam;</p> <p>II - obter dados e avaliar situações que venham impedir ou dificultar a consecução dos objetivos estabelecidos para o Censipam;</p> <p>III - supervisionar a inclusão de dados de interesse da inteligência no banco de dados do Censipam;</p> <p>IV - propor, orientar, coordenar e avaliar os procedimentos da segurança organizacionais do Censipam; e</p> <p>V - aprovar projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares no âmbito de sua área de competência.</p>
Walter Marinho de Carvalho Sobrinho	Assessor Militar	
Márcio Eduardo de Oliveira Duarte	Gerente Regional de Belém	<p>Atribuições dos Centros Regionais de Belém-PA, Manaus-AM e Porto Velho-RO</p> <p>I - gerenciar as ações e atividades administrativas relacionadas à gestão dos programas e de projetos na sua área de competência;</p> <p>II - supervisionar as ações administrativas necessárias à implementação da logística, técnica, manutenção e operacional, em apoio aos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais Regionais;</p> <p>III - supervisionar e executar as políticas e diretrizes técnicas, operacionais e administrativas institucionalmente estabelecidas;</p> <p>IV - supervisionar a distribuição de dados, informações e conhecimentos técnicos, programas, projetos, produtos e serviços, segundo as diretrizes e acordos firmados;</p> <p>V - supervisionar o apoio técnico e operacional aos representantes dos órgãos de planejamento e execução de ações integradas; e</p> <p>VI - supervisionar programas e projetos de pesquisas, em consonância com as diretrizes e acordos firmados.</p>

8.4. Determina a Lei nº 8.666, de 1993, art. 25, inciso II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

8.5. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: “A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”.

8.6. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25, inciso II, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

8.7. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

8.8. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a real idade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

8.9. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439, de 1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

8.10. Na esteira do entendimento fixado pela Corte de Contas, cumpre ressaltar que a Advocacia-Geral da União – AGU expediu orientações normativas, as quais são vinculantes para os órgãos jurídicos da Administração Pública. Dentre as orientações, destaca-se a de nº 18, de 1º de abril de 2009, que assim dispõe:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista."

8.11. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993:

8.11.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 13 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

8.11.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

8.11.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: “É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição”. Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.

8.12. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas. Nesse sentido se manifestou o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 819, de 2005 do Plenário:

"Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666, de 1993."

8.13. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439, de 1998)."

8.14. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação Normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado pela empresa, para cada inscrição o valor individual é de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), totalizando R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais), conforme documento anexo (5846788), demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

8.15. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Notas fiscais emitidas em favor da contratada (5806442).

8.16. Para sustentação da notoriedade da empresa, foi encaminhado cópia do Atestado de Capacidades Técnica a ela fornecido, demonstrando mais uma vez, sua notória especialização conforme documento anexo (5806442).

8.17. Relevante registrar que em 09 de agosto de 2018 foi publicado a Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD que em seu capítulo IV determina a realização de pesquisa de preço no tocante a capacitação no seguinte sentido

Art. 12. Nas demais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos incisos III a XXXIV do art. 24 e no art. 25, da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser observados os seguintes aspectos, no que toca ao preço:

I - os respectivos processos deverão conter obrigatoriamente, dentre outros elementos, a justificativa do preço a ser contratado, de acordo com previsão expressa no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, a justificativa do preço deverá amparar-se, quando possível, na comparação entre o preço inscrito na proposta atual da empresa/do profissional e o preço por esta/este praticado em contratações anteriores, seja com a Administração Pública ou com particulares, desde que envolvam o mesmo objeto ou outro similar.

Parágrafo único. Nos casos de contratações de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a decisão de escolha da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Gerência de Gestão de Pessoas deverá recair sobre a empresa que melhor atender às necessidades desta administração central, sem prejuízo da observância aos incisos I e II do *caput* deste artigo.

8.18. Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características em Escolas de Governo - vide Catálogo de cursos (5810068), sendo possível à Administração realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade de licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição.

9. DADOS BANCÁRIOS

A empresa encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento:

Banco do Brasil: 001

Agencia: 3519-X

Conta Corrente: 111747-5

10. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social	Fundação Getúlio Vargas
CNPJ	33.641.663/0001-44
Endereço	Praia de Botafogo, 190 - Botafogo - Rio de Janeiro CEP 22.250-900

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Responsabiliza-se pelo pagamento dos facilitadores e o fornecimento de material didático e de apoio para o aluno;

11.2. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização do curso;

11.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

11.4. Fornecer os certificados digitais aos participantes que cumprirem a média para aprovação na avaliação final, sendo igual ou superior a 7,0;

11.5. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;

11.6. Realizar o treinamento com a máxima qualidade, primando pela pontualidade do instrutor, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas;

11.7. Comunicar com 7 (sete) dias úteis de antecedência do início do curso, o cancelamento ou adiamento do mesmo; e

11.8. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Responsabiliza-se pela inscrição do participante;

12.2. Exercer a fiscalização do serviço;

12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

12.4. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida; e

12.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Ademais conforme e-mail (5815252) a Coordenação de Orçamento e Finanças informa que existe disponibilidade orçamentária conforme a seguir:

a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional

b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia

c. Fonte: 100

d. Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos

e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633

f. Natureza da Despesa: 33.90.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento

g. Código do PTA/2022: 049/22 - Capacitação

14. PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico;
- 14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 14.4.1. o prazo de validade;
- 14.4.2. a data da emissão;
- 14.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 14.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 14.4.5. o valor a pagar; e
- 14.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 14.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 14.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 14.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 14.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº. 5/2017, quando couber.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a CONTRATADA que:
- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 15.1.5. cometer fraude fiscal.
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 15.2.2. **Multa de:** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 15.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 15.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 15.4. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 15.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;
- 15.5.2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 15.5.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Projeto Básico.
- 15.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 15.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

16.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:

16.1.1. Folder de Oferta da empresa Fundação Getúlio Vargas - FGV (5832860);

16.1.2. Atestado de Capacidade Técnica (5806442);

16.1.3. Despacho com indicações de servidores (5805618 e 5847578);

16.1.4. Declaração de que não emprega menores (5806442);

16.1.5. Termos de Compromisso Individual (5807322, 5808896, 5808908, 5808920 e 5809282, 5846754);

16.1.6. Estatuto, CPF e RG do sócio (5806442);

16.1.7. Notas Fiscais emitidas por outras instituições em favor da empresa (5806442).

16.1.8. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13 da Lei 8.666, de 1993, a saber:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial:

[...]

II. Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicação e divulgação;

[...]

Art. 13. Para fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

16.2. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a empresa Fundação Getúlio Vargas, encaminhou declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358, de 2002 (5806442).

16.3. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto nos incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014.

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA
Integrante Técnico (5810904)

Ciente e de acordo. Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

THIAGO DA SILVA CARNEIRO
Integrante Administrativo (5810904)

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Coordenador-Geral de Administração e Finanças
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Servidor(a) Público(a)**, em 23/12/2022, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago da Silva Carneiro, Servidor(a) Público(a)**, em 26/12/2022, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 16/03/2023, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5961515** e o código CRC **B85BE6E9**.